

**POSIÇÃO DA FPE NO PROCESSO DE CASSAÇÃO DO
DEPUTADO FEDERAL EDUARDO CUNHA: *EFEITOS
DE MEMÓRIA***

Rodrigo Campelo Ferreira
(UESB/LAPADis/PPGMLS/IFMA)

Maria da Conceição Fonseca-Silva
(UESB/PPGMLS/PPGLin/LAPADis/CNPq)

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos resultados de pesquisa que teve por objetivo analisar a posição da Frente Parlamentar Evangélica (F.P.E) no processo de cassação do deputado federal Eduardo Cunha. Mobilizamos conceitos da Análise de Discurso na análise e do campo da Memória.

PALAVRAS-CHAVES: Memória. Corrupção. Frente Parlamentar Evangélica. Eduardo Cunha.

INTRODUÇÃO

Este trabalho, resultado de pesquisa vinculada ao projeto temático *Efeitos de memória efeitos de justiça em julgamento político e jurídico de casos de corrupção política* e desenvolvido no Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso (LAPADis), tem como objetivo analisar a posição da Frente Parlamentar Evangélica (F.P.E) no processo que resultou a cassação do mandato do ex-deputado Eduardo Cunha, à época líder do PMDB, presidente da Câmara dos Deputados Federais e membro da FPE, conhecido com um dos maiores patrocinadores empresariais de candidatos e partidos políticos, no dueto entre política e religião.

A memória da trajetória política de Eduardo Cunha é marcada por ter sido: i) afilhado político e atuar como tesoureiro do comitê eleitoral de Fernando Collor a convite de Paulo César Farias, ex-tesoureiro do ex-presidente; ii) comandante da empresa fluminense de

IX SEMINÁRIO DE PESQUISA E ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
21 e 22 de setembro de 2017

telecomunicações, Telerj, em período em que o Tribunal de Contas do Rio de Janeiro constatou irregularidades no contratação de servidores, tratamento privilegiado a fornecedores e problema em licitações para a edição de catálogos telefônicos; iii) investigado no esquema de corrupção comandado por PC Farias; iv) afastado da Companhia Estadual de Habitação do Rio (Cehab), por denúncias de improbidade administrativa e superfaturamento no período em que ocupou a presidência; v) acusado de usar documentos falsos para se eximir de responsabilidade em irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Rio de Janeiro na Companhia de Habitação Estadual, na época em que a presidia; vi) perda de mandato na Câmara de Deputado Federal por ter quebra de decoro parlamentar. E por ser réu na Lava Jato pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, evasão fraudulenta de divisas; ter sido condenado e estar preso cumprindo pena.

A memória da trajetória política de Eduardo Cunha é também marcada por seu envolvimento com a religião que foi usada por ele, principalmente, como instrumento eleitoral. Afilhado político do ex-deputado federal Francisco Silva, evangélico que foi dono da rádio gospel Melodia, Cunha se converteu, tornou-se radialista. Em 1996, começou a frequentar os cultos e ingressou na igreja Sara Nossa Terra. No final de 2014, passou a frequentar a Igreja Assembleia de Deus de Madureira que, segundo o Procuradoria Geral da República, intermediava o recebimento de propinas ao ex-deputado. Além disso, era membro da Frente Parlamentar Evangélica, criada em 2003, no início do governo Lula (PT), como projeto político multipartidário de ocupação, criação de partidos e busca de mais poder decisório na esfera pública, e, principalmente, como confronto ideológico do PT e aos partidos de esquerda.

Isto posto e considerando que a memória da trajetória política de Eduardo Cunha é marcada pelo dueto política e religião, analisamos o funcionamento da posição da Frente Parlamento Evangélica no processo que resultou a cassação de seu mandato de deputado federal.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa quanto à abordagem é mista: qualitativa e quantitativa; à natureza, é aplicada; aos objetivos, é descritiva; aos procedimentos, estudo de caso.

O *corpus* da pesquisa foi constituído de cópias de materialidades discursivas retiradas de sites de internet e que circularam no período de junho de 2015 a setembro de 2016 e que tratam do processo a cassação de seu mandato de deputado federal de Eduarda Cunha.

Na análise, mobilizamos pressupostos da Análise de Discurso e do campo da Memória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análises das materialidades discursivas indicaram que, adversário ideológico declarado do Partido dos Trabalhadores (PT) e membro da FPE, no dia 1 de fevereiro, Cunha foi eleito presidente da Câmara dos Deputados, posto que define os projetos que vão ao plenário e dita o ritmo de votações. Em março de 2016, Cunha apareceu como suspeito na lista de políticos investigados na Lava-Jato. No dia 17 de julho de 2015, rompeu com o governo, por achar que o Palácio do Planalto articulou com o procurador-geral da República denúncias para incriminá-lo na Operação Lava Jato. Em 3 de novembro de 2015, o Conselho de Ética da Câmara instaurou processo para investigar se o Eduardo Cunha cometeu quebra de decoro parlamentar ao dizer que não possuía contas bancárias secretas na Suíça. Em 2 de dezembro do mesmo ano, como forma de retaliação e vingança, por o afirmar que não iria atuar no Conselho de Ética para impedir que o processo continuasse, Eduardo Cunha aceitou um dos pedidos de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Em 16 de dezembro de 2015, o procurador geral da República protocolou pedido de afastamento de Eduardo Cunha, argumentando que o mesmo, ao criar um balcão de negócios na Câmara, vender atos legislativos e tumultuar a elaboração de leis, atrapalhava as investigações da Lava Jato, na qual era réu em uma

IX SEMINÁRIO DE PESQUISA E ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
21 e 22 de setembro de 2017

ação e investigado em vários. Em 5 de maio de 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar em ação pedida pelo procurador geral da República e Eduardo Cunha foi afastado. Em 14 de junho de 2016, o Conselho de Ética aprovou, por 11 votos a 9, parecer pela cassação do mandato de Eduardo Cunha. Considerado como o mais longo processo de cassação da história da Câmara dos Deputados, a cassação do mandato de Eduardo Cunha ocorreu em 12 de setembro de 2016, por 450 votos a favor, 10 contra e 9 abstenções. Em 19 de outubro de 2016, foi preso preventivamente pela Polícia Federal. Em março de 2017, foi condenado a 15 anos e quatro meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão fraudulenta de divisas.

A 55ª legislatura da câmara dos deputados federais, possui 513 deputados, sendo 511 em exercício, 01 afastado por motivo de saúde e 01 cassado, representando 26 partidos⁷⁶, dos quais 23⁷⁷ tem representantes na Frente Parlamentar Evangélica (F.P.E), constituída, atualmente, de 199 deputados, considerada maior bancada da Câmara, o que demonstra o efeito ilusório de força e de poder de Eduardo Cunha.

As análises indicaram efeito de abandono da Frente Partamentar Evangélica no processo de cassação do Eduardo Cunha. Dos 20 deputados federais⁷⁸ integrantes da Comissão Especial de Ética, 9 deputados eram da FPE. Mas dos 11 deputados federais⁷⁹ que votaram a favor da cassação somente 6 eram da FPE e 5 de

⁷⁶ PMDB, PT, PSDB, PP, PR, PSD, PSB, DEM, PRB, PDT, PTB, SD, PTN, PCdoB, PPS, PHS, PSC, PROS, PV, PSOL, Rede, PEN, PTdoB, PSL, PMB e PRP.

⁷⁷ Só PSOL, PMB e PRB não compõem a F.P.E.

⁷⁸ Arnaldo Faria Sá (PTB-SP), Cacá Leão (PP-BA), Erirelton Santana (PSC-BA), Fausto Pinato (PRB-SP), João C. Bacelar (PR-BA), Júlio Delgado (PSB-MG), Leo de Brito (PT-AC), Manoel Junior (PMDB-PB), Marcos Rogério (PDT-RO), Nelson Marchazan (PSDB-RS), Paulo Azi (DEM-BA), Paulo Pereira (SD-SP), Rossoni (PSDB-PR), Ricardo Barros (PP-PR), Sandro Alex (PPS-PR), Valmir Prascidelli (PT-SP), Vinícius Gurgel (PR-AP), Zé Geraldo (PT-PA), Washington Reis (PMDB-RJ), Wellington Roberto (PR-PB).

Os seis integrantes da F.P.E que votaram contra o Cunha representaram mais de 50% dos votos a favor da cassação, são eles: Leo de Brito (PT-AC), Valmir Prascidelli (PT-SP), Zé Geraldo (PT-PA), Marcos Rogério (DEM- RO), Júlio Delgado (PSB-MG) e Betinho Gomes (PSDB-PE), demonstrando que 03 (do PT) podem terem votados enquanto proposta do partido e outros três relacionado a acordos políticos.

**IX SEMINÁRIO DE PESQUISA E ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
21 e 22 de setembro de 2017**

outros segmentos) contra 09 votos contrários e destes somente 3⁸⁰ da FPE.

Na sessão de votação de cassação, de 470 deputados presentes, 450 votaram a favor do relatório da Comissão Especial de Ética, 9 abstiveram, 1 não podia votar, pois presidiu a sessão, e 10 foram contra. Dos 10 votos contrário à cassação do mandato, apenas 6 eram da FPE⁸¹. Destacamos que dos 6 votos contrários nenhum foi de deputado que votou no Conselho de Ética de ética.

CONCLUSÃO

A posição sujeito da Frente Parlamentar Evangélica no processo de cassação do mandato do ex-deputado Eduardo Cunha produziu efeito de abandono próprio de interesses do jogo político do qual Eduardo Cunha fazia parte e sempre jogou.

REFERÊNCIAS

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Poder-Saber-Ética nos Discursos do Cuidado de Si e da Sexualidade. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Tradução de Luíz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 1987. Edição original 1969a.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996. Edição original 1971a.

⁸⁰ Apenas 03 eram da F.P.E: Mauro Lopes; Washington Reis e Laerte Bessa.

⁸¹ Arthur Lira; Carlos Andrade; Dâmina Pereira; Júlia Marinho; Marcos Feliciano e Paulinho da Força.